

# MUNICÍPIO EDUCATIVO E NARRATIVAS DAS EXPERIÊNCIAS E APRENDIZADOS EM CONJUNTO HABITACIONAL POPULAR

■ WANDER LUIZ REGINALDO

<https://orcid.org/0000-0003-4695-4128>

Universidade Paulista

■ LÍVIA MORAIS GARCIA LIMA

<https://orcid.org/0000-0001-9962-7820>

Universidade Federal de São Paulo

## RESUMO

O estudo teve por objetivo entender a relação entre as pessoas e o município de Limeira, SP, a partir das experiências do viver e do conviver em moradia popular no Conjunto Habitacional Geada 2, verificando suas problemáticas, exclusões, espaços, memórias e aprendizados. A pesquisa utilizou uma metodologia de caráter qualitativo, a História Oral, com ênfase na entrevista temática, acompanhada de diário de campo. Observou-se que, ao longo dos diferentes governos (1992 – 2014), os investimentos em moradia popular foram desiguais; em contrapartida, a distribuição das moradias tornou-se mais humanizada. Chamou atenção a influência do neoliberalismo nessa política social, que encara a moradia como mercadoria e fonte de lucro. A partir das narrativas, nota-se a necessidade de aprender a conviver, de perceber o lugar, de superar as dificuldades de acesso aos serviços essenciais e, apesar disso, observa-se a importância das iniciativas locais que visam autonomia e vínculo.

**Palavras-chave:** Habitação popular. Socialização. Município educativo. História oral. Memória.

## ABSTRACT

### EDUCATIONAL MUNICIPALITY AND NARRATIVES OF EXPERIENCES AND LEARNING IN A POPULAR HOUSING SET

The main objective of the study was to understand the relationship between people and the municipality of Limeira, SP, based on the experiences of living and coexisting in popular housing at Conjunto Habitacional Geada 2, verifying their problems, exclusions, spaces,

memoirs and learning. The research used a qualitative methodology, Oral History, with emphasis on the thematic interview, accompanied by a field diary. It was observed that, over the different governments (1992 - 2014), investments in popular housing were uneven; on the other hand, housing distribution has become more humanized. The influence of neoliberalism on this social policy called attention to housing as a commodity and a source of profit. From the narratives, there is a need to learn to live together, to understand the place, to overcome difficulties in accessing essential services and, despite this, the importance of local initiatives aimed at autonomy and bonding is observed.

**Keywords:** Popular housing. Socialization. Educational municipality. Oral history. Memoirs.

## RESUMEN **MUNICIPIO EDUCATIVO Y NARRATIVAS DE EXPERIENCIAS Y APRENDIZAJE EN UN CONJUNTO DE VIVIENDA POPULAR**

El objetivo del estudio fue comprender la relación entre las personas y el municipio de Limeira, SP, a partir de las experiencias de vivir y convivir en viviendas populares en el Conjunto Habitacional Geada 2, verificando sus problemas, exclusiones, espacios, memorias y aprendizajes. La investigación utilizó una metodología cualitativa, Historia Oral, con énfasis en la entrevista temática, acompañada de un diario de campo. Se observó que, entre los diferentes gobiernos (1992 - 2014), las inversiones en vivienda popular fueron desiguales; por otro lado, la distribución de la vivienda se ha vuelto más humanizada. La influencia del neoliberalismo en esta política social llamó la atención sobre la vivienda como mercancía y fuente de lucro. Desde las narrativas surge la necesidad de aprender a convivir, a comprender el lugar, a superar las dificultades para acceder a los servicios esenciales y, a pesar de ello, se observa la importancia de las iniciativas locales orientadas a la autonomía y la vinculación.

**Palabras clave:** Vivienda popular. Socialización. Municipio educativo. Historia oral. Memorias.

### Introdução

As últimas décadas foram marcadas por importantes mudanças nos âmbitos econômico e produtivo, que atingiram as políticas públicas, como é o caso dos conjuntos habitacionais populares. Nesse sentido, é necessário

refletir e aprofundar a proposta de habitação popular, de modo situado no tempo e no espaço. Assim, adentrou-se na experiência vivencial dos moradores do Bairro Geada 2, do município de Limeira, SP. Afinal, as pes-

soas se relacionam e concretizam a sua vida no contexto de uma cidade, o qual também é influenciado pelo processo histórico e pelas dinâmicas políticas, sociais, econômicas e ideológicas, que culminaram em inclusões e exclusões, principalmente, de mulheres, negros/as e pobres.

O objetivo principal da pesquisa foi entender a relação entre as pessoas e o município de Limeira, a partir das experiências do viver e conviver em moradia popular no Conjunto Habitacional Geada 2, verificando suas problemáticas, exclusões, espaços, memórias e aprendizados. Para tanto, foram utilizados os estudos qualitativos da História Oral, por meio de entrevistas temáticas com pessoas residentes no bairro focalizado. A metodologia permitiu fazer a história do tempo presente, evidenciando as visões e interpretações desses moradores, tradicionalmente invisibilizados e não ouvidos, e amplificando vozes e tensionando as versões oficiais e os discursos hegemônicos. Dessa maneira, o lugar do menor ou da minoridade é assumido como resistência, como instituinte, potencializando ações micropolíticas e cotidianas.

## Historicidade: Limeira - SP, Bairro Geada 2 e MCMV<sup>1</sup>

Aprofundar-se na historicidade de um município é contemplar sua origem, habitantes, exclusões e acolhimentos. Assim ocorre com a cidade de Limeira, situada no estado de São Paulo, a 154 km a noroeste da capital<sup>2</sup> e com estimativa populacional para 2020 de 308.482 habitantes, segundo dados do IBGE. Limeira constituiu-se como polo empresarial e empregatício, que atraiu e atrai muitas pessoas. Com isso, o déficit habitacional do município

tornou-se maior, culminando na construção de conjuntos habitacionais populares.

O trabalho de campo foi trilhado tendo como referencial a constituição do Bairro Geada 2. A obra do Conjunto Habitacional Popular iniciou em 2012<sup>3</sup>, porém, a população teve acesso às chaves e pôde habitar as residências somente em dezembro de 2015. Entretanto, o processo para alcançar a concretização da moradia foi muito mais longo, pois precisou de cadastro na Secretaria da Habitação e do aguardo de um determinado período para a efetivação da moradia popular, tempo esse que, para algumas pessoas, significou décadas.

Atualmente, no Brasil, muito se discute sobre o investimento, avanço, retrocesso e propagação dos Conjuntos Habitacionais Populares. Para concretizar a política habitacional hodierna, muitas foram as construções históricas que perpassaram planos políticos, sociais e econômicos. No intuito de aprofundar o programa MCMV, o estudo histórico focalizou o período de 1992 a 2014.

Nesse período, o país passou por grandes mudanças conjunturais, resultantes dos projetos executados pelas equipes de diversos presidentes. Nessa pesquisa, destacamos dois marcos importantes: a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), em 1992, e o Programa “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV), em 2009. Segundo Ferreira, Calmon, Fernandes e Araújo (2019), o surgimento do SNHIS se deu através das Comunidades Eclesiais de Base, que o embasaram com a coleta de mais de um milhão de assinaturas. É importante salientar que de 1990 a 1992, o presidente do Brasil era Fernando Collor de Mello e o país entrava no Mercado Comum do Sul - Mercosul.

Segundo Nonnenberg e Mesentier (2011), o Mercosul proporcionou avanço significativo de

1 Minha Casa, Minha Vida.

2 Informações disponíveis em: [https://www.limeira.sp.gov.br/sitenovo/simple\\_hotsite.php?id=52&simple=373](https://www.limeira.sp.gov.br/sitenovo/simple_hotsite.php?id=52&simple=373)

3 Site oficial. Disponível em: <https://www.limeira.sp.gov.br/sitenovo/service.php?servico=1&categoria=2&item=167&conteudo=168>

desenvolvimento tecnológico e de exportação no Brasil, proporcionando ao país abertura para novos projetos e investimentos, dentre eles, o imobiliário. Apesar disso, em relação aos projetos ligados à habitação popular, com a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), observa-se que “Decisões políticas equivocadas e marcadas por suspeitas de corrupção” levaram “a uma paralisação total dos financiamentos com recursos do FGTS entre 1991 e 1995” (BONDUKI, 2019, p. 76).

Após 13 anos, quando o Plano Nacional de Habitação foi aprovado em 2005, o país vivia um cenário diferente de 1992. Ao longo desse processo histórico, outras figuras estiveram à frente da presidência e instituíram seu olhar e perspectiva para os conjuntos habitacionais. Segundo Bonduki (2019), apesar dos novos ares, a política habitacional emergente, proposta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), foi utilizada em sua maioria (85%) para financiamento de materiais de construção e compra de imóveis usados, não impactando o combate ao déficit habitacional às pessoas com baixa renda. Consequentemente, houve maior distanciamento entre as classes sociais e aumento da linha da pobreza.

Esse foi o cenário antes do início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já que o seu primeiro mandato foi iniciado em 01 de janeiro de 2003. No início da gestão Lula, buscou-se uma nova postura referente à política e à demanda habitacional, primeiramente, com a criação do Ministério das Cidades. Mesmo assim, não foi possível abarcar de modo pleno a demanda e problemática habitacional, principalmente, porque a Caixa Econômica Federal era subordinada ao Ministério da Fazenda.

Apesar disso, tal proposta descortinava o empenho do governo federal por encontrar soluções para o problema. Um marco para isso aconteceu em outubro de 2003, com a

convocação da Conferência Nacional das Cidades, que reuniu “[...] dois mil quinhentos e dez delegados de todo o país e que traçou as linhas gerais e as diretrizes da política nacional de desenvolvimento urbano, envolvendo todas as áreas do ministério” (BONDUKI, 2019, p. 97). Com essa escuta qualificada da base, observa-se a mudança no foco populacional para os beneficiários, consolidada com a Lei n. 11.124, sancionada em 2005, que dispõe sobre o SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Segundo Maricato (2014), a crise fazia parte do cotidiano e, com isso, o governo federal foi cedendo espaço para a participação dos partidos coligados.

Para falar especificamente no MCMV, é necessário conhecer a situação política e econômica de 2008, pois, nesse cenário instituiu-se o programa. De acordo com Bresser-Pereira (2009), em 15 de setembro de 2008, conhecido como *segunda-feira negra*, o Banco Lehman Brothers, dos Estados Unidos, decretou falência, desencadeando uma alteração mundial nas Bolsas de Valores. Outros bancos também pediram falência, obrigando os governos de diversos países a investirem capital financeiro no intuito de recuperá-los, contudo, mesmo com essas medidas, muitos países entraram em recessão.

O governo Lula procurou estabilizar-se diante da crise mundial, para tanto, segundo Ferreira, Calmon, Fernandes e Araújo (2019), investiu em políticas públicas de curto prazo, visando manter a economia aquecida por meio de crédito (habitação e construção civil). Ainda sob influência da crise, em 2009, começa o programa federal MCMV, através do Plano Nacional de Habitação que, conforme Ferreira, Calmon, Fernandes e Araújo (2019), propôs a construção de mais de um milhão de moradias, com investimento inicial de 34 bilhões de reais, aumento do crédito e parcelas proporcionais à

renda. Porém, o FNHIS não recebeu os investimentos necessários para sua continuidade e o MCMV foi se constituindo, muitas vezes, de forma bastante precária, principalmente, pelo fato de o governo entregar a construção e a manutenção das moradias às empresas, de modo que as edificações visavam mais atender ideologias mercantis do que solucionar o problema social habitacional.

Foram dois os processos vivenciados pelos moradores do Bairro Geada 2 até que chegassem à moradia popular: alguns pagaram o terreno no qual seria construída a casa em regime de mutirão; outros, por sua vez, mesmo pagando o terreno, não obtiveram retorno, sentindo-se lesados. Entretanto, houve a reparação da Prefeitura Municipal ao convocar essas famílias, que foram beneficiadas com a moradia pronta, através das mudanças do MCMV. Por fim, outros moradores foram contemplados diretamente pela Prefeitura e Caixa Econômica Federal, pois estavam cadastrados no sistema da Secretaria da Habitação.

Nesse momento, cabe relatar o cenário atual para entendermos sua dinamicidade e a proposta para o Programa Habitacional. No dia 1 de janeiro de 2019, teve início o governo Bolsonaro (PSL). Desde sua campanha, marcada por grandes polarizações, o então candidato Jair Bolsonaro não fez da moradia popular um foco de sua gestão. Com um plano de governo denominado “O caminho da prosperidade”<sup>4</sup>, o candidato focalizou a defesa da família, da propriedade privada e dos bons costumes, sem apresentar propostas específicas para a habitação. Assim, houve fragmentações e perdas de investimentos, como afirmam Suave e Faermann (2020), com corte de 41% das verbas destinadas ao MCMV na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Nesse período, todos

os países e, por conseguinte, o Brasil, sofreram com a pandemia causada pelo novo Coronavírus – SARS-COV-2 e com a doença, que dele derivou, chamada COVID-19.

Observa-se, por meio do histórico que concretizou o MCMV e das reflexões supracitadas, a influência do neoliberalismo, que culminou na mercantilização do Programa, bem como, na abertura de uma especulação imobiliária, visando lucros para os investidores. Porém, o MCMV é governamental/estatal, assim, criou-se um ‘conflito’ entre o que se espera do Estado e o interesse dos investidores e das construtoras. Dessa forma, torna-se de suma importância o entendimento do Estado neoliberal.

Harvey (2008, p. 75) afirma que “[...] o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio”. Mas, mesmo diante disso, frequentemente, o Estado é convocado a agir a fim de proporcionar bem-estar social, o que significa uma contradição em relação ao desejo neoliberal. Nessas incongruências e jogos de interesses, são mantidas propostas que procuram amenizar as demandas das massas e evitar o conflito.

Nessa conjuntura, muitas vezes, a lógica que permeia o programa MCMV é a da construção de moradias, como também, da pós-moradia por meio de cursos oferecidos pela Caixa Econômica Federal em parceria com a Secretaria da Habitação e instituições privadas, que são oferecidos aos residentes do Bairro Geada 2 e aos beneficiários do programa MCMV popular. Ao enfocarem os cursos, concretiza-se o que Martins (2007) denomina “educação para a sobrevivência”. Iniciativas como customização de camisetas e bolsas vão se constituindo, segundo Martins (2007), para a sobrevivência desses empreendedores, é necessário um aprofundamento na dinâmica capitalista vigente, caso contrário, seus negócios não obterão êxito.

<sup>4</sup> Link do plano disponível em: [https://flaviobolsonaro.com/PLANO\\_DE\\_GOVERNO\\_JAIR\\_BOLSONARO\\_2018.pdf](https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf)

Portanto, o atual programa MCMV absorveu as demandas mercadológicas, contribuindo para o distanciamento entre as pessoas e os espaços. Mas como essa divisão espacial foi se constituindo? Como as cidades foram se tornando desiguais e criadoras de distanciamentos? Essa é uma reflexão importante e necessária.

## A cidade e sua constituição

Construindo e aprofundando a reflexão epistemológica sobre o significado dos espaços construídos, compartilhados e correlacionados, cabe uma reflexão sobre a acepção de cidade. Para tanto, na atualidade, o referencial para esse diálogo encontra-se em Rolnik (1995).

Ao longo de sua formação, a cidade tornou-se uma espécie de ‘ímã’ por aquilo que ela tem de convidativo. O primeiro desses fatores de atração foi o templo construídos no interior das cidades. Os centros que foram se constituindo, muitas vezes, não significavam lugares fixos, mas de passagem e parada obrigatória para os ritos espirituais. Dessa forma, fizeram-se necessárias instalações, estruturas, objetos e pessoas, que pudessem concretizar esses ritos; assim, se formaram cidades como Jerusalém, Roma, Meca e Pequim. Com isso, as muralhas também ganharam funções religiosas, pois protegiam os habitantes da cidade dos perigos representados por outras nações e povos, bem como, dos males, doenças e ‘demônios’, que poderiam coabitar e amedrontar aquele lugar.

Pensando nas cidades, tendo como referencial o Brasil do início do século XIX, as habitações não indicavam classe social ou zoneamento, mas aos poucos essa realidade foi se modificando e o espaço também passou a significar classe social e reconhecimento. Entretanto, há muita diferença entre a realidade

brasileira e a europeia, como afirma Rolnik (1995), porque não se pode pensar em burgos medievais no Brasil, sobretudo, pelo fator escravidão, em que os/as negros/as e indígenas eram subjugados/as e não merecedores/as de direitos. Avançando um pouco mais, é possível dizer que há uma profunda diferença entre um negro escravizado e uma mulher negra escrava. Fato que nos aproxima do conceito de *interseccionalidade*<sup>5</sup>, o qual nos permite afirmar que as mulheres negras estavam em uma condição pior de sujeição.

O espaço como mercadoria não poderia ser proporcionado àqueles que se tornaram mercadoria pela cor, raça, gênero e condição social. Assim, no século XIX, quando houve a comercialização do espaço da cidade, negros e, menos ainda, mulheres negras podiam ocupá-los. A mercantilização trouxe o distanciamento espacial e, segundo Rolnik (1995, p. 48), “Esse movimento de segregação vai ser tremendamente impulsionado pela disseminação do trabalho assalariado”, que concretiza a separação física espacial entre patrão e empregado. Consequentemente, os assalariados somente conseguem comprar um imóvel onde a sua condição financeira lhes permita. Outro aspecto relevante, é a demarcação entre espaço público e privado, em que a residência se afasta da rua, pois, “[...] a rua é a terra de ninguém perigosa que mistura classes, sexos, idades, funções, posições na hierarquia; a casa é território íntimo e exclusivo” (ROLNIK, 1995, p. 50).

Segundo Britto e Jacques (2015, p. 49), “[...] a cidade é percebida pelo corpo como um conjunto de condições para sua interação com as coisas do mundo”. Nessa direção, Merleau-Ponty (1994) denota a relação intrínseca entre

5 Segundo Hirata (2014, p. 62). A vasta literatura existente em língua inglesa e, mais recentemente, em francês indica que o termo ‘interseccionalidade’ foi usado pela primeira vez para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe.

espacialidade e corporeidade. Assim, observa-se como o espaço da cidade pode ser restringido de acordo com o desejo de onde determinados corpos devem ficar. Como afirma Rousseau (1989), caminha-se para um mundo de desigualdade, no qual potencialidades são cerceadas e extinguidas. Caminha-se, pois, para a segregação.

Nesse sentido, esclarece Rolnik (1992, p. 52): “Do ponto de vista político, a segregação é produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto”. Então, é possível indagar sobre qual o papel do Estado na cidade.

O Estado aprofunda a lógica capitalista. Dessa forma, com o crescimento da cidade, mais isolada fica a classe dominante e mais contidos são os corpos em sua espacialidade. Pensando nos projetos ligados ao MCMV, o Estado determina todo o processo habitacional, isto é, os locais, terrenos, projetos, investimentos, infraestrutura, comércio, denotando ou discursando sobre o que se pretende com esses investimentos imobiliários, que também são um direito da pessoa; enfim, definindo o que esse corpo pode possuir no espaço a ele determinado.

O Estado é a instituição capaz de mudar a situação das submoradias e de disponibilizar espaço e moradia digna às pessoas. Com isso, ao ceder submoradias, propõe-se e concretiza-se o controle da população para evitar o conflito. Dessa forma, a ação do Estado é contraditória, já que busca apaziguar algo que ele mesmo gera, impondo aos/às cidadãos/as que vivam em espaços muitas vezes excludentes.

Nesse cenário e diante das discussões supracitadas, verifica-se a relação entre cidade e educação. Falar sobre educação é aprofundar um dos alicerces da humanidade. Nesse sentido, não é exagerado afirmar que aprender é

uma dimensão fundamental, essencial e constitutiva do ser humano.

Pensar a Educação em sentido amplo, como propõe Trilla (2008), não se restringe ao espaço da escola, porque a cidade é educativa<sup>6</sup>. Mas o que realmente isso significa? Segundo Fernandes (2009, p. 59), “[...] o termo ‘cidades educativas’ contempla um universo ampliado de práticas educativas que acontecem dentro e fora das instituições escolares e não-escolares”. Para que isso aconteça, é necessário conhecimento da experiência, transpondo o espaço de isolamento (vidros dos carros, muros, cercas), para a concretização experiencial; “Entretanto, a riqueza das experiências é proporcional à profundidade do mergulho que se dá em águas conhecidas e não-conhecidas, ou seja, relaciona-se à disposição para arriscar-se em novos e nos mesmos territórios” (FERNANDES, 2009, p. 64).

Para Bauman (2009), é nos lugares que se forma a experiência humana, pois neles, ela se acumula, é compartilhada e seu sentido é elaborado, assimilado e negociado. Pode-se dizer que Fernandes (2009) e Trilla (2008) aprofundam ainda mais essa perspectiva e reflexão, ao afirmarem que na cidade acontece e se efetua o aprendizado. Sem isso, a cidade não se torna ‘copartilhada’, ficando empobrecida, já que se perde a capacidade de conviver com o diferente, gerando medo de residir ou de estar em certos bairros, de conviver com determinadas pessoas. Segundo Bauman (2009), o medo da cidade e da convivência é proposital e favorável ao sistema de capital, afinal, quanto maior o medo da cidade, mais o mercado de segurança e controle cresce. Porém, como observado por Fernandes (2009), quanto mais a cidade não é vivenciada, menos se aprende.

Dessa forma, o aprender se concretiza no

6 A reflexão e o conceito de cidade incluem o município. Entende-se que todos os espaços, inclusive o rural e os mais distantes do centro, fazem parte do processo educativo e constitutivo de um local.

convívio, respeito mútuo, dedicação ao outro, empatia, em experiências nas quais a diferença não é motivo de separação, mas de crescimento. Aprendizado que, para Garcia (2009), é o fundamento e o objetivo da educação não formal. Afinal, como asseguram Brandão (2007), Trilla (2008) e Charlot (2014), educação não é sinônimo de escola.

Pensando a vivência e a convivência das/os moradoras/es do Bairro Geada 2, observa-se que possuem esse caráter de aprendizado, já os cursos oferecidos na pós-moradia têm a característica de não repressão e obrigatoriedade, ou seja, são direcionados para aqueles que desejam participar. Nesse sentido, pode-se indagar se a educação não formal visa à transformação social. Alguns pesquisadores asseguram que sim, porém, para outros, como é o caso de Trilla (2008), a transformação social não é uma consequência obrigatória, entretanto, “[...] não há como pensar a educação não formal desconsiderando a comunidade” (GARCIA, 2009, p. 56).

Nessa perspectiva, Charlot (2014, p. 110) apresenta aspectos/formas da construção/aprendizado do ser humano: “[...] um processo de humanização, de socialização, de subjetivação/singularização. São três dimensões indissociáveis, três processos que só podem acontecer graças à educação”. Assim, se apresentam três dimensões da relação educação e cidade, “[...] aprender en la ciudad; aprender de la ciudad e aprender la ciudad” (TRILLA, 2008, p. 70).

Diante da indagação inicial sobre o que é educação e qual o seu lugar, pode-se responder que é a capacidade de perceber, olhar e observar as diversas oportunidades que existem no cotidiano da cidade. Nesse sentido, torna-se imperativa a fala de Brandão (2007) sobre a necessidade de considerar os contextos social, político e econômico, nos quais as pessoas estão inseridas e, conjuntamente, perceber as

influências que operam na relação educacional. Diante disso, verifica-se - como observa Groppo (2013), refletindo sobre Bourdieu - que pensar em campo social é refletir sobre a historicidade e a história que se ‘trans-forma’. E dessas transformações sociais nascem necessidades e novas buscas por respostas aos cenários atuais e vindouros. A educação não é estática, ao contrário, ela reflete, busca, aproxima e dialoga, em função da modificação de um cenário opressor e excludente, trazendo mudanças que dialogam com a educação não formal, a qual pode ocupar espaços de resistência, que fortaleçam a crença na humanização e nos processos democráticos, fortalecendo singularidades ao invés de massificação e, assim, fazendo-se contra-hegemônica.

A metodologia da história oral, que permite fazer a história do tempo presente, evidencia as visões e interpretações de grupos tradicionalmente invisibilizados e não ouvidos, amplificando vozes e tensionando versões oficiais e discursos hegemônicos. Por essas características, ambos, a história oral e a educação não-formal, assumem o lugar do menor ou da minoridade como resistência, como instituinte, potencializando ações micropolíticas e cotidianas.

## História oral: escuta e prática reflexiva

A história oral é importante como produção dialógica e por trabalhar com fontes vivas, humanas, entendidas como sujeitos que pensam, sentem, selecionam e interpretam sua própria existência e não mais como meros objetos de pesquisa. Trata-se do registro da memória a partir de narrativas situadas, que compartilham a realidade experienciada com outras pessoas, uma possibilidade de aprendermos com o outro, dentro de relações não hierárquicas. O registro historiográfico ocorre por meio



da fala e da escuta, permitindo que tenhamos contato com a memória do passado e a cultura do presente.

Na presente pesquisa utilizou-se a modalidade da entrevista temática, na qual, segundo Santhiago e Magalhães (2015), o pesquisador explora, junto ao narrador, questões orientadas por um tema, buscando informações precisas, bem localizadas e pontuais. Para tanto, foram entrevistadas oito pessoas, seis mulheres e dois homens, com idade superior a dezoito anos e de diferentes gerações; todos declararam participar de alguma denominação religiosa, em sua maioria, católica. Grupo majoritariamente constituído por mulheres, quatro negras e duas pardas, sendo duas não proprietárias do imóvel e as demais consideradas 'chefes' de família.

Segundo o pensamento de Lang (2000), não bastam a entrevista e os documentos, pois, é necessário interpretá-los. Dessa forma, os dados coletados foram transcritos e analisados, como também, categorizados, a fim de abri-los a uma compreensão coletiva. Nas entrevistas<sup>7</sup>, houve o cuidado de não enclausurar a reflexão do/a entrevistado/a, seguindo um roteiro de perguntas com as seguintes temáticas: origem; benefícios e dificuldades de viver em um conjunto habitacional; perspectivas de futuro; e sobre os cursos proporcionados pela Caixa Econômica Federal, em parceria com a Secretaria da Habitação e instituições privadas.

Para a primeira entrevista, buscou-se encontrar alguém que fosse o ponto zero (BOM MEIHY, 1998) da coleta de dados, isto é, um/a depoente que conhece a história do local e do grupo ou alguém com quem se pretende fa-

zer uma entrevista central e que indica outras pessoas, para a formação da rede de entrevistados.

Em vista disso, o ponto zero foi Janira Reginaldo<sup>8</sup>, uma senhora de 63 anos, moradora do Bairro Geada 2 desde o seu início, em 2014. Janira Reginaldo é conhecida no bairro por arrecadar e distribuir roupas e objetos às pessoas necessitadas; ela pertence às pastorais da Igreja Católica local, por isso, algumas pessoas indicadas fazem parte desse núcleo, porém, outras foram indicadas por proximidade afetiva constituída pela convivência no bairro. Como é característico da 'técnica bola de neve', duas pessoas foram indicações daquelas que estavam sendo entrevistadas, principalmente, por estarem no local.

Apreciável salientar que todas as entrevistas foram concedidas ao entrevistador Wander Luiz Reginaldo, realizadas em 2020 e transcritas respeitando as características da linguagem dos entrevistados, conforme a metodologia da história oral. A partir da escuta dos/as sujeitas/os entrevistados/as, constatou-se que as pessoas que estão no Bairro Geada 2, têm histórico de vulnerabilidade social. O município, como afirma Rolnik (1995), tornou-se lugar de segregação, com uma parcela da população em estado de exclusão social, tendo necessidade de recorrer às pessoas próximas e aos programas de assistência para sua sobrevivência.

[...] Nós morava no Bairro Boa Esperança, que mais parecia um cortiço. Na minha casa, na frente era 4 cômodos, aí atrás era mais 4 cômodos e no fundo tinha mais 2 cômodos, que era um senhor que morava, que era tudo junto. Na época tava pagando 600 reais de aluguel,

7 Ao longo desse processo, a humanidade sofreu com a pandemia causada pelo novo Coronavírus, COVID-19. Dessa forma, visando a saúde de todos/as os/as participantes da pesquisa, em alguns casos as entrevistas foram presenciais e em outros, por se tratar de pessoas do grupo de risco, elas aconteceram de forma remota, utilizando-se a ferramenta de videoconferência do *Whatsapp* e *Skype*.

8 Diante da possibilidade da escolha do uso das iniciais do nome ou do nome por extenso, as pessoas participantes da entrevista consentiram a utilização do próprio nome por extenso. As abordagens e os instrumentos metodológicos utilizados obedeceram aos procedimentos éticos estabelecidos para a pesquisa científica em Ciências Humanas e o projeto investigativo foi aprovado pelo parecer n. 3.897.998.

aí tinha água e a força, o benefício. Alessandro era mais para isso mesmo, né, por isso que eles assistiam a gente, por causa que a renda não dava. Era um período de bastante dificuldade em tudo, né, que vocês passaram, né? Sim, bem difícil, né, porque o Alessandro na cadeira [deficiente físico], vira e mexe tava internado e tinha as crianças tudo pequena; quando mudei para lá a minha maior tava com três aninhos e o do meio estava com um ano, aí, depois, eu que eu engravidei do pequenininho, tudo morando lá. (PATRÍCIA, 2020).

Algumas/uns moradoras/es, antes da aquisição dos imóveis, tinham a necessidade de pagar aluguel, mostrando a desigualdade existente no país.

[...] Ah sim... ei, eu pagava aluguel, era muito complicado, era muito difícil, de mês a mês, esperar por aquele dinheiro. Então, é complicado pagar aluguel, hoje não, hoje eu pago o dinheiro que você nem sente no bolso, vale a pena. Vale a pena, por mais que você espere que ele cresça, que ele prospere, mas vale a pena esperar. Devido a menor dificuldade, que você tem nos gastos, os gastos são bem menos. (JANIRA, 2020)

Conhecendo a partilha das/dos moradoras/res do Bairro Geada 2, verificou-se que o espaço no município tornou-se mercadoria. O discurso neoliberal propõe que os espaços se tornem propriedades, dessa forma, como afirma Bauman (2009), muros de ideologias e preconceitos vão sendo construídos através de práticas e discursos excludentes, tais como: “este bairro é ‘bom’ e aquele outro é ‘ruim’”. Habitando a cidade, as pessoas precisam se adaptar à região e ao bairro em que residem; a observação nos permite afirmar que são experiências permeadas por preconceitos e discursos excludentes.

[...] Bom, as pessoas eram bem diferentes, né, das que eu convivia, é... também era um ambiente bem distante, né? Era um lugar bem distante, antes, eu morava bem perto do centro. Eu vim pra um lugar que era bem longe de tudo,

pessoas que eu não conhecia, pessoas que não sabia a índole, pessoas que são completamente diferente e aí agora já me acostumei. (THAIS, 2020)

Apesar de viverem no mesmo município, a experiência nele e dele é particular e não somente isso, ela é totalmente conjecturada a partir da historicidade e da gênese da pessoa e de sua família. Nesse sentido, concordamos com Maia (2019, p. 07) ao afirmar que “Qualquer experiência de viver em um meio ambiente urbano é mediada não só pelas trajetórias únicas da vida, mas, num nível ainda mais fundamental, pelas percepções sensoriais”. A reflexão de Charlot (2014) sobre o tripé da educação torna-se, então, fundamental ao entendimento desse aprender no município. Ao lado da humanização e socialização, há o processo de subjetivação/singularização, isto é, mais do que receber uma herança genética ou educacional, cada pessoa tem a tarefa de concretizá-la na sua vivência cotidiana.

Nesse sentido, há a percepção do espaço em que se vive e (com) vive. Esse aspecto referenciou as perguntas sobre os benefícios e as dificuldades de residir em um bairro de moradia popular.

[...] Ah, eu gosto, eu gosto bastante, lá onde eu morava, no Boa Esperança, não tinha ônibus para cadeirante, como que eu sou cadeirante, aqui, desde quando eu vim morar aqui, os ônibus daqui é tudo para cadeirante, aí eu consigo, eu, minha esposa, nós consegue ir para o centro, que eu gosto também de fazer minhas coisas, né, aí a gente vai para o centro, vai para o mercado, tudo a gente vai de ônibus aí. (ANDRÉ, 2020)

Apesar disso, observa-se que há muitas dificuldades. A não visibilidade do Bairro Geada 2, local isolado no município, acaba sendo marcante para a população de moradores, pois, essas pessoas não recebem em seu bairro os serviços básicos para o seu cotidiano.

[...] Falta muita coisa, principalmente postinho né, posto de saúde para gente que é tudo longe, né, supermercado, farmácia, precisa de muita coisa, escola, né, que é o mais principal. (ROSA-LINA, 2020)

[...] É não ter farmácia, supermercado, padaria e melhoria no ônibus, que demora horas para rodar. (SANDRA, 2020)

[...] Sinceramente não, acho que falta muita coisa, apoio, a gente tá meio esquecido aqui [...] O próprio transporte, que acho que é bem limitado. A questão dos estabelecimentos, tem muita discussão sobre isso aqui, acho que é mais isso. (ANDRÉ, 2020)

Não ser visível estando no município, acarreta um conjunto de histórias de dificuldades dos habitantes desse local, mulheres e homens de origem pobre, em sua grande maioria negra, idosos, deficientes, entre outros. Em tal contexto, pode-se perguntar como as/os moradores reagem à não visibilidade. Constatou-se que não existe mobilização para reivindicações junto ao poder público municipal, mas há a espera por ações por parte dos governantes.

[...] Isso que a gente tem que ter esperança, esperar, alguns já vieram aqui, mas não são assim, pessoas ainda que estão interessadas entrar ainda na política, mas quanto a isso nós temos esperança sim, que isso vai crescer e vai... vai ser um pouco mais viável para nós. E também tem o projeto de um outro bairro do lado, que vai nos beneficiar muito mais e aí eu acredito que aí as coisas vão ser um pouco melhor. (JANIRA, 2020)

Um aspecto importante, que aparece nas entrevistas, é o trabalho em rede, pelo qual as pessoas se organizam por interesses comuns ou apoiam a busca do outro, afinal, diante do avanço capitalista, que provoca a fragmentação e a consolidação de interesses pessoais, é necessário um movimento que o confronte ou que apresente uma contraproposta. Uma atitude nessa direção foi concretizada pela moradora Leilamar, ao lutar e mobilizar a popu-

lação para a efetivação de um serviço básico, o correio.

[...] O que foi feito, eu acabei conversando com várias pessoas e a gente se organizou, olha, vamos trazer o correio para cá, sempre que eu ia até o correio, até porque estudava no Senac, aí, eu sempre dava um pulinho no correio, então, para mim era mais fácil, mas eu pensava, por exemplo, na pessoa idosa que não tinha como tá indo, nas mães que tinham as crianças pequenas também não conseguia ir toda semana, e aí, com isso, eu até chamei minha mãe, né, e falei mãe, a gente precisa trazer o correio para cá. [...] a gente fez um trabalho de bater de casa em casa, porque a negativa do correio era que as casas não tinham muro, que não tinha muro, não, na verdade, não tinham caixinha de correio, nem número, então, nós batemos e fizemos um abaixo assinado né, com todas, colhemos várias assinaturas para enviar, esse vereador, ele protocolou e aí a negativa deles era que as casas não tinham número e nem caixinha de correio [...] Então, para mim foi nesse sentido e aí, depois, quando a gente articulou tudo, graças a Deus, a gente conseguiu e acabou vindo para cá o correio. (LEILAMAR, 2020)

Foram feitas algumas perguntas sobre os cursos oferecidos, dessa forma, coube o entendimento de como as pessoas percebem ou recordam dessas propostas; algumas moradoras se lembraram dos cursos pré-moradia e trouxeram a sua importância, outras, denotaram o processo dos cursos pós-moradia, principalmente os que ocorrem no CEU.

[...] Eu fiz, fiz de chinelo, fiz de maquiagem, para você aprender se maquiar, ia entrar o projeto da manicure, só que daí eu arrumei, já é para fazer, aí não batia o horário, mas ele sempre tem ótimos cursos aqui, principalmente no CEU, tem pros jovens, aprendiz ali, que eu conheço que fizeram, que eles fazem de administração, tem de futebol, que os meus filhos fazem, a minha filha já fez de teatro, ela tentou de balé, mas não conseguiu, não foi muito feliz, mas tem uns projetos legais ali no CEU para as crianças, os adolescentes e até mesmo para os adultos. A única coisa que acho que ele é difícil é que

ele é longe, tipo assim, tem projetos que é para noite, você já não dá para você fazer, que nem o futebol dos meninos, começa às 7 horas, já tá escuro, para mim ir sozinha, o “A” acaba não deixando ele, fala assim, como posso deixar você ir sozinha com dois meninos e voltar, porque a iluminação é precária também, não sei se você já veio à noite para cá. É precária a iluminação ali na entrada do bairro, aí tem aquela árvore enorme, tem aquele trio, então, é difícil por causa disso, mas, no demais, o CEU abrange bastante e ajuda bastante as famílias aqui. (PATRÍCIA, 2020)

Observa-se que a centralização das atividades no CEU e a distância são fatores que dificultam a participação nos cursos, que não conseguem atingir a maioria da população, mesmo com variada oferta de propostas de aprendizado, como constatado nas entrevistas. Além disso, há, aspectos e fundamentos neoliberais na proposta dos cursos, principalmente, no pós-moradia, geradores da perpetuação do sistema de capital excludente.

Parece de grande importância que tais cursos cheguem à população em espaços descentralizados, com aprendizados que criem sentidos para a vida, sem o reforço e perpetuação de discursos classificatórios e excludentes. Apesar disso, observa-se que iniciativas locais visam maior autonomia e vínculo entre os/as moradores/as. Ações de mobilização, como a de Jandira, para a concretização da presença do correio no bairro, entre outras, que unificam a população por meio de arrecadações e doações, mostram a atenção com as pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

Essas são perspectivas efetivas de mudança e reexistência e “[...] é neste vazio - fresta - que eclodem as táticas de resiliência que jogam com as ambiguidades do poder, dando golpes nos interstícios da própria estrutura ideológica dominante” (SIMAS, 2018, p. 14). Nesse *locus* de resistência e existência é possível observar vigor e vida, pois, como afirma

Krenak em entrevista a Marco Antônio Coelho (2009), germina-se a potência concretizada em ações para mudar a realidade vivenciada.

## Considerações finais

O presente estudo buscou entender e analisar a relação entre as pessoas e a cidade de Limeira, SP, a partir das experiências do viver e conviver em moradia popular no Conjunto Habitacional Geada 2, verificando suas problemáticas, exclusões, espaços, memórias e aprendizados.

Essa historicidade, perpassada por planos políticos, sociais e econômicos, nos permite dizer que, no período de 1992 a 2014, os investimentos nos conjuntos habitacionais populares foram desiguais, cabendo aos governos Lula (2003-2011) e Dilma (2012-2016) uma política de expansão habitacional federal mais eficaz e concreta. Contudo, o fato de se ter uma moradia deveria ser encarado como um direito, mas para a maioria das pessoas entrevistadas, essa questão é entendida como um ‘favor’ benevolente dos governantes.

Com o aprofundamento na pesquisa do histórico que concretizou o MCMV, observou-se a influência de valores e propostas neoliberais, culminando na mercantilização do Programa, bem como, na abertura da especulação imobiliária e, por conseguinte, da busca por lucratividade por parte dos investidores. Porém, sendo o MCMV governamental/estatal, essa situação ocasionou um ‘conflito’ entre o que se espera do Estado e o interesse dos investidores e das construtoras. Nesse conflito de interesses, a população é prejudicada e sofre, pois, no intuito de lucrar mais, perde-se a qualidade da construção dos empreendimentos.

De modo geral, é perceptível o avanço em algumas propostas do Programa, principalmente, as que visam a humanização, como os

encontros e cursos pré e pós-moradia; a preferência da entrega das moradias às mulheres 'chefes' de família; a cessão de espaço para o cultivo de uma horta; áreas mais arborizadas, entre outros benefícios.

Constatou-se que a maioria dos entrevistados viveu situações de extrema vulnerabilidade, sendo auxiliados por programas sociais ou por familiares, residindo em moradias alugadas ou mesmo 'de favor'. Essa constatação nos remete ao pensamento de Charlot (2014) sobre a humanização, ou seja, sobre a necessidade de reconhecer que as pessoas possuem sua história de vida, origem, sonhos e perspectivas, pelo que se unificam e convivem no município, de modo mais específico, nesse estudo, no Bairro Geada 2.

Um dos objetivos era conhecer como as/os moradoras/es se socializam nas moradias de Conjuntos Habitacionais Populares, tendo por referencial o conceito de socialização de Charlot (2014), em que as pessoas realizam sua (com) vivência e buscam experiências comunitárias. No entanto, verificou-se que no Bairro Geada 2 as construções e necessidades comunitárias ficam longe da concretização, havendo, por vezes, iniciativas individuais que suprem um pouco dessa demanda.

Como visto, Rolnik (1995) afirma que a cidade pode ser espaço tanto de inclusão como de exclusão, dessa forma, pela condição das pessoas entrevistadas (deficiente físico, mulheres, idosas, negras, pobres), constata-se, até pelo local onde se encontra o bairro, que o município de Limeira é um *locus* excludente.

Outro aspecto do estudo foram os cursos propostos pelo MCMV, que, como verificado, não conseguem obter o alcance esperado, tanto que a maioria das pessoas entrevistadas não participaram. Algo que necessita ser salientado, como destaca Martins (2007), é o fato de, muitas vezes, os cursos realizarem uma "educação para a sobrevivência".

Dessa forma, observou-se que, ao longo dos diferentes governos do período pesquisado, os investimentos em moradia popular foram desiguais, registrando-se a influência do neoliberalismo nessa política social, o qual entende a moradia apenas como mercadoria e fonte de lucro; por outro lado, a distribuição das habitações se tornou mais humanizada.

Mesmo assim, a "trans - formação" é evidente nas ações e partilhas desenvolvidas pelas próprias moradoras, como narrou a entrevistada Leilamar sobre a instalação dos correios no bairro e a mobilização da moradora Janira, ao arrecadar e distribuir roupas aos mais carentes. Foi possível verificar o convívio e a preocupação com pessoas em situação de maior vulnerabilidade, principalmente, moradores da rua em que residem.

## Referências

- ANDRÉ. **Entrevista**. Limeira (São Paulo), 15 maio. 2020.
- AULA, Inkeri; SILVA, Regina Helena Alves da. Metodologia Sensobiográfica: novos conhecimentos sobre o sensorio urbano. *In*. MAIA, Andréa Casa Nova (Org.). **História oral e direito à cidade: paisagens urbanas, narrativa e memória social**. São Paulo, SP: Ed. Letra e Voz, 2019. p. 15-36.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BONDUKI, Nabil Georges. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Arq.urb Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, n. 1, p. 70-104, 2008. Disponível em: [http://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_01.html](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01.html). Acesso em: 30 ago. 2020.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRASIL. **Lei n. 11.124**, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o conselho gestor do

FNHIS. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm). Acesso em: 1º ago. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise e recuperação da confiança. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 1 (113), p. 133-149, jan/mar. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572009000100008>. Acesso 28 ago 2020.

BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e corpografias urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, Salvador, v. 7, n. especial, p. 79-86, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/2648>. Acesso em 20 ago. 2020

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas** [livro eletrônico]. 1 ed., São Paulo: Cortez, 2014.

FERNANDES, Renata Sieiro. A cidade educativa como espaço de educação não formal, as crianças e os jovens. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v. 3, n. 1, p. 58-74, maio. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8602/TeseTMF.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 19 ago 2020

FERREIRA, Geniana Gazotto; CALMON, Paulo; FERNANDES, Antônio Sergio Araújo; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães. Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida. **Revista Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, PR, v. 11, 2019. e20180012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.001.A004>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GARCIA, Valeria Aroeira. A educação não-formal como acontecimento. 2009. 455 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000469595>. Acesso em: 30 mar. 2020.

Genocídio e resgate dos “Botocudo”. Entrevista de Ailton Krenak a Marco Antônio Tavares Coelho. (Belo

Horizonte, MG. Set. 2008). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 65, p. 193-204, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000100014>. Acesso em: 20 jul. 2020.

GROPPO, Luis Antonio. Um esboço sobre a gênese do campo das práticas socioeducativas no Brasil: aplicação da noção de campo social de Bourdieu. **Revista Série – Estudos**. Campo Grande, n. 35, p. 59-75, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/sest/n35/1414-5138-sest-35-00059.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, Jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>. Acesso em: 21 ago. 2020.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**. Limeira. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/limeira/panorama>. Acesso em: 04 ago. 2020.

JANIRA. **Entrevista**. Limeira (São Paulo), 7 maio. 2020.

LANG, A. B. da S. G. (2000). Trabalhando com história oral: reflexões sobre procedimentos de pesquisa. **Cadernos CERU**, 11, 121-134. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2595-2536.v11i0p121-134>. Acesso em: 24 ago. 2020.

LEILAMAR. **Entrevista**. Limeira (São Paulo), 11 março. 2020.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARTINS, Marcos Francisco, Educação sociocomunitária em construção. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 28, p. 106-130, dez. 2007. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5027/art08\\_28.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5027/art08_28.pdf). Acesso em: 06 set. 2020.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

NONNENBERG, Marcelo José Braga; MESENTIER, Allan. A criação do Mercosul contribuiu para aumentar a intensidade tecnológica das exportações da região. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** (IPEA), 1644 – Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1438/1/td\\_1644.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1438/1/td_1644.pdf). Acesso em: 08 set. 2020.

PATRÍCIA. **Entrevista**. Limeira (São Paulo), 20 fevereiro. 2020.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROSALINA. **Entrevista**. Limeira (São Paulo), 15 fevereiro. 2020.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Brasília/DF: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Ática, 1989.

SANDRA. **Entrevista**. Limeira (São Paulo), 05 março. 2020.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História oral na sala de aula**. São Paulo: Autêntica, 2015.

SIMAS, Luiz Antonio. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SUAVE, Angela Michele; FAERMANN, Lindamar Alves. Reflexões sobre a política habitacional: estado e conflitos de classes. **Revista Katálisis**, Florianópolis: UFSC, v. 23, n. 2, p. 266-275, maio 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p266>.

THAIS. **Entrevista**. Limeira (São Paulo), 10 maio. 2020.

TRILLA, Jaume (Coord.). **Animación sociocultural**. Teorías, programas y âmbitos. Barcelona: Ariel, 2008.

Recebido em: 15/02/2022

Revisado em: 18/05/2022

Aprovado em: 30/05/2022

Publicado em: 31/08/2022

**Wander Luiz Reginaldo** é Mestre em Educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paula (UNISAL). Docente do curso de Psicologia da Universidade Paulista (UNIP) e pesquisador no grupo de Conhecimento e Análise das Intervenções na Práxis Educativa Socio comunitária (CAIPE) da Centro Universitário Salesiano de São Paula (UNISAL). *E-mail*: [wander.psico@yahoo.com.br](mailto:wander.psico@yahoo.com.br)

**Livia Morais Garcia Lima** é Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisadora colaboradora do Centro de Memória Unicamp (CMU), do Centro de Memória Urbana da Unifesp (CMUrb). Realiza estágio pós-doutoral no Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com bolsa Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). *E-mail*: [liviampilima@gmail.com](mailto:liviampilima@gmail.com)